



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO Nº 006/2020

Processo nº 668/2020, referente ao Edital de Pregão nº 006/2020, referente à contratação de empresa do ramo, para fornecimento de material e mão de obra, visando o reforço estrutural, troca e impermeabilização do telhado da Câmara Municipal de Jataí, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste Edital e em todos os seus anexos.

Trata o presente da ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa ATHOS CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 37.788.649/0001-29, estabelecida na Avenida C 169, nº. 1570, Sala 01, Jardim América, CEP: 74250-020, Goiânia - Goiás, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Salomão Oliveira Guimarães Filho, inscrito no CPF sob n. 773.964.561-34, aos termos do Edital do Pregão Presencial nº 006/2020, encaminhada à Pregoeira desta Casa, que procedeu ao julgamento da Impugnação, interposta, informando o que se segue:

### 1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: o protocolo tempestivo, a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma da decisão recorrida.

O pedido de impugnação foi protocolizado pela empresa ATHOS CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. A impugnação é tempestiva, eis que interposta de acordo com o as disposições da Lei 8.666/93, sendo por isso aceito, passa-se ao mérito da impugnação.

### 2. DO ITEM IMPUGNADO

Em suas razões de impugnação, a postulante insurge-se contra as exigências do edital, conforme síntese abaixo:

Alega a Impugnante de forma confusa, que o item 9.1.1.3 letra B do edital, quanto ao pedido de capacidade técnica “em nome do licitante” fere a Lei 8666/93, no que diz ao princípio da igualdade entre os licitantes.

### 2.2. DA ANÁLISE DO MÉRITO





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

Em linhas preambulares é necessário ressaltar que a resposta à Impugnação ora apresentada, se faz em respeito ao princípio da legalidade, haja vista que a peça impugnatória somente é cabível nos casos em que há afronta ao princípio da Igualdade, o que não ocorre in casu, inclusive não é o tema do debate impugnatório.

Cumpra destacar que as condições de habilitação técnica estão expressamente previstas no art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, in verbis, e buscam tão somente certificar de que a empresa licitante dispõe de aptidão necessária para cumprir com as obrigações oriundas de contrato firmado junto à Administração.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Ressalto que houve um equívoco por parte da empresa impugnante, pois nenhum item do edital, faz menção ao registro do atestado de capacidade técnica, em qualquer entidade profissional, conforme afirmado pelo impugnante.

Da Leitura do comando normativo referenciado, é possível identificar que a qualificação técnica operacional poderá ser comprovada em dois aspectos: um relacionado a estrutura da licitante/empresa que participará do certame licitatório, e, outro concernente aos profissionais que





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

integram a empresa licitante; os quais conformam, respectivamente as denominadas capacidade técnico-operacional e a capacidade técnica profissional, conforme restará adiante explicitado.

Para tanto, a documentação comprobatória respectiva, a comprovação das capacidades técnico-operacional e profissional são:

a) Capacidade técnico-operacional a qual pode ser compreendida como **“estrutura que a empresa possui para realizar o empreendimento(equipamentos, equipe técnica, conhecimento do problema, fornecedores etc.) e deve ser comprovada por meio da experiência da empresa na realização de contratos e obras similares”**, (ALTOUNIAN, Claudia Sarian), Obras Públicas (Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização)

Ou seja, a exigência de capacidade técnico-operacional **“envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participará anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela administração pública.”** (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ed. São Paulo.

Portanto a luz do disposto nos comandos normativos supracitados, é possível afirmar que a comprovação da capacidade técnico-operacional quando demandada devará ser procedida mediante apresentação de:

I – registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente

II – apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante.

Por tais razões, o Edital 006/2020 cumpre as exigências da Lei 8.666/93, não havendo que se falar em retificação, uma vez que o mesmo contém, todas as exigências necessárias para que o interesse público seja preservado, não havendo nenhuma irregularidade.

Dê ciência à Impugnante, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinada em lei.

Jataí, 10 de dezembro de 2020.

Juliana Paula Chaves Furquim

Pregoeira